

Novas medidas prevêm arrecadação de Cz\$ 100 bi/ano

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney redigirá hoje pela manhã o pronunciamento que fará, às 20h30m, em cadeia nacional de rádio e televisão, anunciando um conjunto de medidas complementares ao Plano Cruzado, o Plano de Metas e a Reforma Administrativa. O pronunciamento foi confirmado, à noite, pelo Porta-Voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita. As medidas complementares ao Plano Cruzado permitirão a arrecadação anual, para o Plano de Metas, de Cz\$ 100 bilhões, a partir de 1987. Nos meses que restam deste ano, a arrecadação deve alcançar Cz\$ 65 bilhões, segundo previsões, porque o consumo sobre o qual incide o empréstimo está acima do normal. Todos os recursos serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que deverá aplicá-los em investimentos públicos — principalmente infra-estrutura básica necessária ao crescimento industrial.

Os detalhes finais sobre as medidas serão acertados, às 8h30m, numa reunião do Presidente com todos os Ministros da área econômica e o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos. O Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, deverá dar entrevista, explicando todos os pontos do conjunto de medidas.

Ontem, o dia no Palácio Planalto foi agitado. Às 8h30m, Sarney reuniu-se com Funaro e com o Ministro do Planejamento, João Sayad. Na reunião, demonstrou preocupação com a repercussão política das medidas e determinou a diminuição do empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis que lhe foi proposto, de 30 para 25 ou 20 por cento. Na segunda-feira, Sarney já havia descartado outra proposta da equipe econômica: o empréstimo compulsório sobre energia elétrica e determinado que o compulsório na venda de carros usados se aplique somente para os veículos fabricados até 1983.

Às 19h, depois de sucessivas reuniões durante o dia, a Consultoria-Geral da República — encarregada de tornar viáveis juridicamente todas as propostas — ainda estudava qual a forma dos decretos para a Reforma Administrativa, adaptação da legislação tributária, criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e empréstimo compulsório. Técnicos e assessores dos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Administração e do Gabinete Civil foram chamados à Consultoria-Geral da República.

O Secretário Particular de Sarney, Jorge Murad, que desempenha



importante papel na Assessoria Econômica do Presidente, também deixou seu gabinete no final da tarde para um encontro com o Ministro da Fazenda.

Até ontem à noite, a Comissão encarregada de estudar a reforma do sistema financeiro de habitação desaconselhava a criação do Banco de Desenvolvimento Urbano e a transferência de atribuições do Banco Nacional de Habitação para o Banco Central.

Os empréstimos compulsórios não serão considerados no cálculo da inflação. O Governo argumenta que o acréscimo pago pelo consumidor será devolvido e, portanto, não é preço.

O Conselho Monetário Nacional, em sua reunião extraordinária de hoje, às 17hs, pode aprovar, além da complementação das medidas governamentais no câmbio para viagens ao exterior e aplicações financeiras. A proibição de emissão de novos cheques especiais e o congelamento dos limites atuais fixados para estes cheques.

O clima de segurança foi demonstrado por alguns políticos que estiveram, ontem, no Palácio para audiência com o Presidente, como os integrantes das mesas diretoras da Câmara e Senado. Apesar de, oficialmente, terem minimizado o impacto das medidas, alguns manifestaram preocupação quanto a possíveis dificuldades políticas para sustentar as campanhas dos candidatos do Governo às sucessões estaduais. Eles temem que uma reação negativa às medidas anticonsumo beneficie os candidatos da oposição.

Enquanto isso, o Porta-Voz da Presidência, Fernando César Mesquita, procurava minimizar o impacto das medidas:

— As medidas não são impopulares. É conversa fiada. O Governo não está preocupado em atender “A” ou “B”. A preocupação é com o interesse social, o interesse nacional — disse.